

A política externa linguística do Brasil: notas sobre as décadas de 1940 a 1990

Brazil's linguistic foreign policy: notes about the decades from 1940 to 1990

Sâmia de Brito Franco**

Pedro Antônio Vieira**

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 152, nov.-dez 2015 [p. 29 a 36]

1. Introdução

O ensino da língua no exterior é uma das atividades desenvolvidas pela diplomacia cultural e, embora possa ser rastreada desde as Grandes Navegações, só no século XX passou a ser objeto de políticas sistemáticas nos Estados centrais. A diplomacia cultural é um braço da diplomacia pública, que busca atingir as populações estrangeiras, e não somente, órgãos oficiais. Ambas passaram a ganhar cada vez mais relevância entre estudiosos e formuladores da política externa, principalmente, após a criação e divulgação do conceito de *soft power* por Joseph Nye (1990, 2011).

No entanto, fora do eixo anglo-saxão, o estudo das práticas de política cultural como instrumento de política exterior dos Estados é pouco explorado nas Relações Internacionais. No Brasil, por exemplo, esta abordagem tem sido desenvolvida, entre outros, por autores como Ribeiro (2011); Lessa e Suppo (2012); Bijos e Arruda (2010). Lessa, Saraiva e Mapa (2011) argumentam que a diplomacia cultural é uma estratégia internacional dos Estados que, através de instrumentos culturais, busca alcançar objetivos definidos em projetos de desenvolvimento nacional e/ou projeção em meio externo. Mark (2009) destaca, ainda, que ela pode: 1) contribuir positivamente nas questões comerciais, econômicas, diplomáticas e políticas; 2) aprofundar relações bilaterais; 3) facilitar o envolvimento com populações específicas no estrangeiro, como as diásporas, e, por fim, 4) diminuir tensões nas épocas em que as relações com o país alvo das ações estejam estremecidas.

As atividades neste campo podem ser bastante variadas, destacando-se: programas de intercâmbio acadêmico (professores, pesquisadores e estudantes); apresentações de grupos culturais e artistas autóctones; seminários e conferências; abertura de bibliotecas; manutenção de professores em universidades no exterior (Mark, 2009). A essas modalidades Ribeiro (2011, p. 31) acrescenta o ensino da língua, a distribuição integrada de material de divulgação, o apoio à cooperação intelectual e técnica e a integração.

Sendo essa modalidade diplomática pouco explorada pelos estudiosos brasileiros, são escassos os trabalhos sobre atividades específicas, como por exemplo, o ensino da língua. No Brasil, os linguistas são os principais autores de trabalhos sobre as ações de políticas linguística no exterior, cabendo destacar Diniz (2011),

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis – SC, Brasil (francosamia@gmail.com).

** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis – SC, Brasil (pavieira60@gmail.com).

quem descreve e analisa com profundidade os instrumentos criados pelo Itamaraty para a difusão do português no exterior.

Juntando-se a estes esforços, o presente texto busca relacionar as mudanças no contexto internacional e no contexto doméstico entre as décadas de 1930 e 1990 que influenciaram a condução das instituições de difusão da língua portuguesa pelo Estado brasileiro.

Além desta Introdução, o texto tem mais três seções. Na próxima, o argumento principal é que o protagonismo estatal do período 1930-1980 levou o Estado brasileiro a implementar uma política exterior linguística centrada em organismos públicos, orientação que se altera a partir da década de 1980, como se mostrará na seção 3. A seção 4 apresentará as considerações finais.

2. O Estatismo das décadas de 1940 a 1970

Durante a fase de *expansão material do ciclo sistêmico de acumulação* norte-americano³, quer dizer entre 1930 e 1980, o Estado foi importante no processo de acumulação capitalista (ARRIGHI, 1996). O Estado interventor, promotor e protetor se desenvolveu mais plenamente no centro do sistema mundial, mas também foi tentado na periferia. No Brasil, desde 1930 até 1954, sob a liderança de Getúlio Vargas, o Estado tomou para si a tarefa de modernizar a sociedade através da industrialização e da oferta de serviços públicos como saúde, educação e proteção social.

Segundo Calabre (2005, p. 2), no período Vargas (1930-1945) foram propostas as primeiras “políticas culturais governamentais”. O Itamaraty, por exemplo, como destaca a mesma autora, passou por uma reformulação, o que propiciou a entrada de estratégias de diplomacia cultural na agenda de política exterior brasileira. Foi nessa reformulação que se criou o Departamento de Promoção Cultural, o qual seria, segundo Menezes (2011), um mecanismo para aumentar a visibilidade do Brasil no cenário interestatal. Essa autora afirma que

A máquina estatal foi, então, colocada em funcionamento a todo vapor e em todos os níveis: a diplomacia cultural cabia não apenas ao Itamaraty, como também à presidência da República e aos outros ministérios” (MENEZES, 2011, p. 11).

Entre as décadas de 1930-1940 também foram fundadas as primeiras instituições de promoção da língua portuguesa, os Institutos de Cultura, que mais tarde, dariam lugar aos Centros Culturais Brasileiros (CCB’s)⁴.

Além disso, pouco antes da II Guerra, devido ao interesse de potências como França e Alemanha em aumentar as relações com o Brasil, o cenário internacional tornou-se favorável às políticas culturais brasileiras (MENEZES, 2011). Esse movimento das potências para aumentar sua influência na região é uma característica do sistema interestatal e nesta fase tinha como principal objetivo competir com os EUA que, à época, ascendiam como potência hegemônica.

3 Arrighi (1996) descreveu o desenvolvimento da economia capitalista mundial desde o século XV até o presente como uma sucessão de Ciclos Sistêmicos de Acumulação, cada um deles composto por uma fase de Expansão Material seguida de uma fase de Expansão Financeira. Na primeira a acumulação capitalista se dá majoritariamente via produção e comércio, enquanto na segunda, as finanças constituem-se na principal fonte do lucro capitalista. Acompanhando Braudel, Arrighi (1996, pg.235) define capitalista como o agente econômico que persegue o lucro máximo, independente da atividade específica (indústria, comércio, finanças, etc.).

4 Os Centros Culturais Brasileiros (CCB’s) são instituições subordinadas às representações brasileiras no exterior e são responsáveis pelo ensino da variante brasileira do português. Até 2008 eles eram conhecidos como Centro de Estudos Brasileiros (CEB’s).

Observa-se, no entanto, que o mesmo movimento entendido pela autora como uma relação profícua para a nascente política externa cultural brasileira pode também ser visto como uma relação desigual, na qual a estratégia francesa, muito bem estruturada, se instala no Brasil e a diplomacia brasileira consegue apenas promover “semanas culturais” na França.

Desse modo, esse novo projeto brasileiro nasce em um cenário no qual os estados-nação do centro da economia-mundo já possuíam instrumentos e mecanismos consolidados. O Brasil, então, buscou definir sua política imitando as experiências centrais. De fato, as iniciativas brasileiras seguiram a orientação francesa, a qual cabia ao Estado a responsabilidade pela promoção da cultura no exterior (MENEZES, 2011).

O movimento iniciado pelo governo Vargas para posicionar melhor o Brasil no mapa cultural da época está diretamente ligado às transformações político-econômicas brasileiras em âmbito interno e externo. No ambiente doméstico, a configuração nacionalista do Estado e a sua política de industrialização tinham como principal objetivo a mudança da posição brasileira na divisão internacional do trabalho. Já no âmbito exterior, as condições de desacerto político-econômico nos países centrais foram também favoráveis à mudança de posicionamentos na hierarquia internacional. Como argumenta Arend (2013), foi neste período que o Brasil passou de periferia a semiperiferia da economia-mundo capitalista, o que também pode explicar que o governo brasileiro tenha implementado novas ações (até mesmo mais ousadas, como o caso da difusão cultural) para afirmar e demarcar sua posição no sistema interestatal.

2.1 A difusão linguística entre 1940 e 1960

Os primeiros movimentos de difusão da língua portuguesa se deram em um momento marcado pela busca brasileira de aproximação com a região latino-americana. Santos (2004) aponta que a década de 1930 trouxe uma insatisfação desses países com o paradigma liberal, devido, principalmente, aos reflexos da crise de 1929, o que possibilitou o surgimento de ideias desenvolvimentistas e de integração econômica para a região, sendo Brasil e Argentina vistos como potenciais líderes desse processo.

Segundo Santos (2004), os projetos de integração econômica e política desse período também propuseram uma aproximação cultural como meio de diminuir rivalidades ainda remanescentes de períodos anteriores. Calabre (2005, p. 4) afirma que uma das iniciativas mais comuns a época foram os Institutos, que “[...] promoviam cursos de idiomas e literatura, concursos literários, publicações, seminários, entre outras atividades”. Como enfatizam Silva e Gunnewiek (1992, *apud* DINIZ, 2012), as primeiras iniciativas de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo MRE se deram em meados da década de 1940 através do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (Montevideu), Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro (Buenos Aires), Instituto de Cultura Paraguaio-Brasileiro (Assunção) e Instituto de Cultura Boliviano-Brasileiro (La Paz).

A participação estatal no planejamento e implementação de iniciativas de difusão do português em países vizinhos coincidia com as políticas domésticas de unificação e fortalecimento desse idioma. Rocha (2006) afirma que no período de 1940, o ensino do português, símbolo da unidade nacional, foi expandido, popularizado, e muitas vezes, imposto pelo sistema educacional proposto pelo governo, o qual suprimiu o ensino de qualquer outra língua. Além das políticas educacionais, o governo de Vargas desenvolveu importantes instrumentos destinados a influenciar a formação de uma identidade nacional, como Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha como principal objetivo atingir a opinião pública e legitimar o regime, além de disseminar a cultura e a civilização brasileiras (CAPELATO, 2009).

Durante a década de 1960, no governo de Castelo Branco (1964-1967), podem ser destacados dois empreendimentos importantes para o programa linguístico brasileiro no exterior. Em 1965, foram criados o

primeiro Leitorado⁵ na Universidade de Toulouse (França) e o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o qual disponibiliza bolsas para alunos estrangeiros estudarem em universidades brasileiras.

A intervenção estatal nas políticas socioculturais e a construção de uma identidade nacional, iniciada no período Vargas, foi retomada com empenho pelos governos militares pós 1964. Calabre (2005) afirma que no governo de Castelo Branco havia discussões sobre a necessidade de se desenvolver uma política nacional para a cultura, o que só se concretizou em 1976. Bijos e Arruda (2010) enumeram algumas instituições domésticas criadas no período militar, como o Embrafilme, o Departamento de Assuntos Culturais e o Programa de Ação Cultural. Diniz (2012) completa com as instituições externas, como os CEB's abertos na Venezuela (1971), na Costa Rica (1971), no Paraguai (1974) e no México (1975) (DINIZ, 2012).

Outra iniciativa dos governos militares que influenciou diretamente o âmbito educacional foi a ampla reforma no ensino superior, que passou a contar formalmente com a pós-graduação. Esse movimento teve desdobramentos no plano externo, pois possibilitou a criação, em 1981, do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), aprofundando a cooperação educacional com a África, e fortalecendo a proposta de aproximação com o este continente, iniciada no governo Geisel (1974-1979) e que teve prosseguimento no governo Figueiredo (1979-1985).

3. A décadas de 1980 e 1990: dificuldades financeiras e o recuo do Estado

A fase de *expansão material do CSA norte-americano*, também conhecida como a era de ouro do capitalismo, encerra-se na década de 1970, dando lugar à fase de *expansão financeira*. Um dos aspectos mais distintivos da nova fase é a mudança no Estado, que em todas as partes vai perdendo espaço para o mercado, que volta ser o organizador principal da vida social. Na América Latina, a década de 1980, conhecida como “década perdida”, foi de intensa turbulência política e econômica. No Brasil, altas taxas de inflação, baixo crescimento, endividamento externo e desemprego marcavam a economia, enquanto na política o fim da ditadura militar (1985) deu início à Nova República. No fim da década, inicia-se no Brasil a implementação das reformas neoliberais, entre elas a diminuição da presença do Estado, revertendo-se assim o processo iniciado por Vargas em 1930.

As restrições econômicas e a fórmula de Estado mínimo também se fizeram sentir na política cultural. Consequentemente, o quadro de promoção linguístico-cultural que se delineou no final da década de 1980 e por toda a década de 1990 se caracterizou pela diminuição do protagonismo do investimento estatal.

Calabre (2005) demonstra que a tendência de diminuição dos investimentos no setor cultural começa no início da década de 1980. O governo de Sarney (1985-1989) já tentava criar mecanismos legais de incentivo fiscal para substituir os investimentos públicos. Este governo conseguiu desenvolver algumas iniciativas importantes para difundir a língua portuguesa, como o início das conversações entre Brasil, Portugal e os países africanos, para formar uma organização em torno da lusofonia, que mais tarde viria a ser a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Também foram abertos Centros Culturais na Guiné Bissau (1986) e em Moçambique (1989), os primeiros na África Lusófona (DINIZ, 2012). Já o governo de Collor de Melo (1990-1992) conseguiu diminuir de maneira vertiginosa o investimento público no setor cultural e desapareceu o Estado, extinguindo de uma só vez várias instituições, entre as quais o Ministério da Cultura, que foi recriado no governo de Itamar Franco (1992-1994) (CALABRE, 2005).

5 O programa de Leitorados é responsável pelo envio de professores capacitados para ensinar a variante brasileira do português em universidades estrangeiras.

Em um período marcado pelas privatizações, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implementou mudanças na direção de políticas culturais, a partir de alterações na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), criada no governo Collor. Ao abrir a possibilidade de investimentos privados na cultura, esta lei produziu resultados que merecem ser destacados: aumento nos investimentos, a integração com outros setores, e a inversão de prioridades na promoção cultural, sendo dado maior destaque à publicidade do que à função social da cultura (BIJOS; ARRUDA, 2010).

No campo da promoção da língua portuguesa no exterior, na década de 1990 foram implantados diversos Institutos Culturais Brasileiros (IC's)⁶, consequência direta da privatização de antigos Centros de Estudos Brasileiros (CEB's). O Instituto Cultural Brasil-Venezuela e a Fundação Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires (FUNCEB), que substituíram os antigos Centros de Estudos Brasileiros, por exemplo, se tornaram autônomos financeira e administrativamente do governo brasileiro. Além desses, outros passaram pelo mesmo processo, entre os quais destacamos: o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura; a Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros na Costa Rica; o Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (DINIZ, 2012).

Para exemplificar as restrições orçamentárias na década de 1990 que afetaram o setor cultural e impulsionaram a privatização de muitos CEBs, recorremos a documentos do próprio Itamaraty. Um despacho telegráfico do dia 8 de agosto de 1996 da Secretária de Relações Exteriores (SERE) para a Embaixada Brasileira em Buenos Aires menciona “as severíssimas restrições orçamentárias que afetam o Ministério” e pede a lista de atividades a serem canceladas de modo a diminuir o orçamento do posto no mínimo em 30%.⁷ Em 13 de agosto de 1996 a Embaixada brasileira em Quito pede à Secretaria de Relações Exteriores que informe os cancelamentos da programação cultural de abril/96 a abril/97 de modo a reduzir os gastos em 40%.⁸

O movimento de alienação de CEBs também pode ser observado como um processo de descontinuidade no projeto de desenvolvimento estratégico da política externa linguística brasileira, que, paradoxalmente, se dá em um período de grande interesse pela língua portuguesa nos países vizinhos. Em 21 de outubro de 1996,⁹ a embaixada brasileira em Buenos Aires comunicou à Secretaria de Relações Exteriores, que o interesse pela língua portuguesa na Argentina crescia de maneira sustentada, e que a Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB) atendia mais de 2000 alunos. Sugeriu então “[...] aproveitar esta onda crescente por nosso idioma para realizar[mos] aqui uma política de difusão cultural mais ambiciosa e eficaz”.¹⁰

Não deixa de ser curioso que, apesar de sugerir uma política cultural mais ambiciosa e eficaz, o Estado aliena instituições importantes para o ensino do português, abrindo mão de sua função de planejador e executor dessas ações. É digno de nota que a transferência do CEB para o FUNCEB representou uma perda estratégica de um centro que contava com grande número de alunos e, ainda, em um país (Argentina) considerado estratégico na agenda da política externa brasileira.

Não obstante, na década de 1990 o Estado brasileiro empreendeu iniciativas importantes que promoveram o português. Entre 1993 e 1998, o Ministério da Educação, com a colaboração de cinco Universidades brasileiras (UFRGS, Unicamp, UFRJ, UnB e UFPE), gerou o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros (Celpe-Bras). Além do Celpe-Bras, outro meio de difusão da língua portuguesa pelo Estado

6 Os Institutos Culturais (IC's) eram entidades regidas pelo direito privado local e subsidiadas pelo Governo brasileiro por meio de convênios.

7 Ofício nº 00937, Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

8 Ofício nº 131805, no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

9 Ofício nº 211425, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

10 . Ofício nº 211425, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

brasileiro foi a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, com a adesão de sete países que tinham a língua portuguesa como principal elo de convergência de interesses: Angola, Moçambique, Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde.

A participação brasileira na criação da CPLP e do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), a busca por um acordo ortográfico na Comunidade, e a tentativa de maior coordenação entre os instrumentos brasileiros e portugueses de difusão do português indicam a disposição do Estado brasileiro para implementar políticas linguísticas compartilhadas através de organismos multilaterais, contrariando a tendência de unilateralidade praticada até então. A nova postura configura o que Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) denominam “autonomia pela integração”, e se caracterizaria pela maior participação do Brasil nas normas e regimes internacionais regionais e globais dos quais o país pudesse tirar proveito.

4. Considerações finais

Este artigo se propôs a contribuir para o estudo da política externa linguística brasileira entre 1940 e 2000, período em que essa parece apresentar duas fases: a primeira, 1940 -1970, e a segunda, 1980- 2000, cujas características parecem estar relacionadas com as fases de *expansão material* e de *expansão financeira* da economia-mundo capitalista.

Na primeira fase, praticamente em todo o mundo, o Estado atuou fortemente para promover o investimento e o consumo através de políticas públicas em quase todas as áreas da vida social. De fato, o Estado brasileiro foi o principal promotor de iniciativas de ensino da língua no exterior, seguindo os padrões já consolidados por países centrais. As primeiras instituições para o ensino do português surgiram na década de 1940 e se localizaram na circunvizinhança brasileira. Essa época pode ser vista a partir de dois movimentos: doméstico, de uma “virada nacionalista”, e externo, a partir de uma nova posição na hierarquia mundial, de afirmação e projeção brasileira, principalmente em seu entorno geográfico.

Desde meados da década de 1960, a política externa brasileira avança para outras regiões do globo, como a África e América Latina, e com ela também avançam os programas oficiais de ensino e promoção do português. Deve ser notado que também os governos militares prosseguiram no padrão do protagonismo estatal na política cultural externa, que deveria se coadunar com os objetivos mais gerais da política externa, como por exemplo, a intensificação das trocas comerciais externas com vista ao desenvolvimento econômico nacional.

Na fase de *expansão financeira* iniciada na década de 1980 e na qual o Estado dá lugar ao mercado como organizador, a política externa linguística brasileira se altera na mesma direção. O Estado, inclusive pelas dificuldades financeiras que enfrenta, abre mão do monopólio da promoção cultural no exterior, que passa a ser conduzida em alguns casos por entes privados. Internamente, muda-se a legislação para atrair investimentos privados para a cultura. Outra mudança notável desse período foi a estratégia de implementar políticas linguísticas através de organismos multilaterais, o que se coadunava com a política externa brasileira de busca da “autonomia pela integração”.

Embora existam fortes indícios da relação da política externa linguística brasileira com as fases da economia-mundo capitalista, é necessário aprofundar a pesquisa para especificar as conexões concretas. Além disso, é preciso também considerar os fatores internos que contribuíram para as mudanças que foram elencadas nesse texto.

Bibliografia

- AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, Rosangela L. (org.) **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BIJOS, Leila; ARRUDA, Vera. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. In: **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão**. Brasília, v. 13, n. 1, ago, 2010 p. 33 a 53.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: Um histórico. In: I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.
- DINIZ, Leandro A. R.. **A Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2012.
- MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. **Discussion Papers in Diplomacy**. Netherlands: Netherlands Institute of International Relations “Clingendael”, 2009.
- MENEZES, Clarice C. F. Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.
- MOTA, Mariana V.P. C. **Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP: São Paulo, 2009.
- NYE, Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, n. 80, 1990, p. 153-171.
- NYE, Joseph S. The future of power. **Bulletin of American Academy**, v. LXV, n. 4, 2011. Disponível em: [https://www.amacad.org/publications/bulletin/spring 2011/power.pdf](https://www.amacad.org/publications/bulletin/spring%202011/power.pdf)>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.
- LESSA, Monica; SARAIVA, Miriam; MAPA, Diego. Entre o palácio do Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (Org.). **Política Externa Brasileira: a política das práticas e a prática das políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.
- OLIVEIRA, Gilvan. M. de; DORNELLES, Clara. **Políticas internacionales del portugués**. Real Instituto Elcano, v. 01, 2007. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/Lengua+y+Cultura/ARI135-2007>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.
- SANTOS, Raquel P. Brasil e Argentina: imagens e percepções da diplomacia. In: VI Encontro da ANPHLAC. Maringá, 2004. **Anais...** Maringá, 2004. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/raquel_paz_dos_santos.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.
- SCHOFFEN, Juliana R. **Avaliação de proficiência oral em língua estrangeira: descrição dos níveis de candidatos falante de espanhol no exame Celpe-Bras**. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.
- SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

- RIBEIRO, Edgard T. **A diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2011.
- ROCHA, S. O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. In: 6º Encontro Celsul-Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. **Anais...** Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/124.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, .v. 15, n. 2, 2003.
- VIZENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia. A política africana do governo Lula. In: **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/ UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

Resumo

Este artigo analisa a política externa linguística brasileira nas décadas de 1940 a 1990. As evidências mostram que de 1940 a 1980, a política exterior linguística foi estritamente conduzida pelo Estado; já de 1980 até fins de 1990, ela passou a ser compartilhada com entes privados e organismos multilaterais.

Abstract

This article analyses Brazil's linguistic foreign policy from 1940 to 1990. The evidence shows that, from 1940 to 1980, foreign linguistic policy was strictly driven by the State; however, from 1980 to the last years of 1990, policy was shared with private entities and multilateral organisations.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Política externa linguística; Diplomacia cultural; lusofonia.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Linguistic foreign policy; Cultural diplomacy; lusophone.

Recebido em 15/08/2015

Aceito em 04/12/2015